

**ATA 2ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.**

1 A Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), por meio da Superintendência Executiva de  
2 Mobilidade Urbana (Semob-JP) realizou a Segunda Audiência Pública referente ao Plano Diretor  
3 de Mobilidade Urbana da Microrregião de João Pessoa (PlanMob-JP), às nove horas da manhã,  
4 do dia onze de dezembro de dois mil e dezenove, no auditório do Ministério Público da Paraíba  
5 (Rua Rodrigues de Aquino, s/n), regularmente convocada por meio de convite publicado no  
6 Diário Oficial do Estado da Paraíba, no dia 23 de novembro de 2019, e publicado no Diário  
7 Oficial da União, no dia 25 de novembro de 2019, além da publicação no portal oficial da  
8 prefeitura municipal de João Pessoa, redes sociais e demais mídias da cidade, a fim de convocar  
9 a população para conhecer e a participar do diagnóstico do Plano Diretor de Mobilidade Urbana  
10 da Microrregião de João Pessoa. Estiveram presentes o Superintendente da Semob Adalberto  
11 Alves de Araújo, integrantes da equipe técnica da Prefeitura Municipal; promotor de justiça;  
12 representante da Câmara de Vereadores; representante de órgão federal; representantes de  
13 órgão de controle (Tribunal de Contas do Estado); representantes de instituições de ensino  
14 superior; diretores de departamentos e coordenadores dos órgãos da administração municipal;  
15 lideranças comunitárias, representantes de movimentos sociais, Ongs e Associações e  
16 representantes do Consórcio Concremat/Sistran/Comap responsável pela elaboração do  
17 Planmob-JP, constantes na lista de presença anexa a esta Ata. O Superintendente da Semob,  
18 Adalberto Alves de Araújo, deu início à apresentação sobre o Plano Municipal de Mobilidade  
19 Urbana dando boas-vindas a todos os presentes, justificou a alteração do cronograma de  
20 elaboração do Plano e informou que o Workshop de elaboração de propostas será realizado no  
21 dia dezessete de dezembro de dois mil e dezenove. O Superintendente passou a palavra para o  
22 coordenador técnico do Plano pelo Consórcio, Senhor Adolfo Luis Machado de Mendonça, que  
23 apresentou o diagnóstico do Plano Diretor de Mobilidade Urbana da Microrregião de João  
24 Pessoa. Em seguida deu-se início ao segundo momento da audiência pública, que consistiu no  
25 espaço aberto para os presentes apresentarem as suas colocações. O Senhor Clemént Vialle,  
26 Coordenador de Mobilidade da Prefeitura do Conde, informou que não enxerga problema o fato  
27 de João Pessoa ter algumas vias saturadas, pois entende que é justificativa para fazer o  
28 transporte coletivo crescer e melhorar a qualidade do transporte público. Considera a  
29 metodologia Quatro Etapas conservadora em relação a situação atual e que não viu na  
30 apresentação realizada questões de acessibilidade universal. O coordenador técnico do plano  
31 pelo Consórcio, Senhor Adolfo Luis Machado de Mendonça, concordou com o Senhor Clemént  
32 Vialle o fato da necessidade de melhorar qualidade do transporte público e que a BR-230 pode  
33 vir a ser um corredor de ônibus. Que a ideia não é expandir o sistema viário para automóvel e

ATA 2ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.

34 que todo o Plano está pautado na acessibilidade universal. O Senhor Raimundo, morador do  
35 bairro dos Estados, mencionou a necessidade de manutenção do sistema viário, que não se  
36 pensa nas bicicletas, tendo problema de segurança pública e de infraestrutura para uso da  
37 bicicleta, solicitou que a bicicleta seja tratada como um aspecto importante para a qualidade de  
38 vida e informou que o sistema de transporte coletivo é de má qualidade. A Senhora Sílvia  
39 Almeida, moradora do bairro José Américo, informou que tem muitos jovens, entre onze e  
40 dezessete anos, que precisam se deslocar da avenida Hilton Souto Maior para a BR-230 e que  
41 as faixas de pedestres não estão adequadas, que as calçadas são ineficientes, que o comércio  
42 ocupa todo o espaço das calçadas e que a praça não tem acessibilidade. O Superintendente da  
43 Semob, Adalberto Alves de Araújo, informou que a Semob está desenvolvendo projeto para a  
44 avenida Hilton Souto Maior e que está aguardando o resultado do Plano Diretor de Mobilidade  
45 Urbana da Microrregião de João Pessoa para finalizar os projetos. Que a Semob tem parceria  
46 com o DNIT em relação a BR-230 e que conseguiram implementar algumas propostas urbanas  
47 na BR-230 e que a avenida Epitácio Pessoa passará por intervenções para melhorar os espaços  
48 físicos para as pessoas. A Senhora Nilda Passoni, representante do Orçamento Participativo,  
49 mencionou a necessidade de adaptação das calçadas, do problema financeiro para pagamento  
50 da tarifa do ônibus e que a integração não funciona, principalmente na Lagoa. Pediu a revisão do  
51 tempo de integração e informou que tem vários gargalos nas ciclovias. O Senhor André  
52 Nascimento, representante do Pedal Jampa, informou que os moradores não respeitam a  
53 ciclovia do José Américo, sendo a mesma usada pelos donos e usuários dos comércios.  
54 Reclamou dos aplicativos de entrega de comida por bicicletas que já contam com duzentos e  
55 vinte e dois jovens e que esses jovens não usam capacete e nenhum Equipamento de Proteção  
56 Individual. Solicitou projeto de lei para regulamentação dos aplicativos de entrega por bicicleta. O  
57 Senhor João Geraldo Barbosa, Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural, informou  
58 que é autor de uma Ação Civil Pública para exigir a elaboração do Plano de Mobilidade e que a  
59 Prefeitura Municipal de João Pessoa tem realizada ações de mobilidade e solicitou continuidade  
60 dessas ações. Solicitou que o Plano Diretor de Mobilidade Urbana da Microrregião de João  
61 Pessoa seja realmente finalizado em fevereiro de dois mil e vinte, devido ao período eleitoral.  
62 Comunicou a necessidade do Plano Diretor de Mobilidade Urbana da Microrregião de João  
63 Pessoa conter integração (planejamento da grande João Pessoa), modernização e igualdade,  
64 como a implantação de metrô. Desejou que a intervenção física a ser implantada na avenida  
65 Epitácio Pessoa já fosse a construção do metrô, onde todos, independente de classe, pudessem  
66 usar o metrô. Informou que a Prefeitura Municipal de João Pessoa tem atendido aos pedidos do

ATA 2ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.

67 Ministério Público no tocante a acessibilidade e sinalização. Convidou a Prefeitura Municipal de  
68 João Pessoa a fazer parte do projeto “Minha calçada e meu passeio” a ser lançado em março de  
69 dois mil e vinte e que a Prefeitura Municipal de João Pessoa não libere alvará de funcionamento  
70 para estabelecimentos que não tiverem calçadas conforme legislação. O Senhor Pedro Rossi,  
71 Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil da Paraíba – IAB, parabenizou a consultoria e a  
72 Semob pela elaboração do Plano Diretor de Mobilidade Urbana da Microrregião de João Pessoa  
73 e solicitou que o cronograma seja cumprido, mas que o debate não precisa ser atropelado, e que  
74 precisa haver o compartilhamento dos dados das pesquisas do Plano. Informou que a população  
75 precisa saber do aumento de acidentes de motos e que há assédio às mulheres nos ônibus.  
76 Informou que a Prefeitura Municipal de João Pessoa só gastou vinte e sete mil reais em  
77 campanhas educativas no ano de dois mil e dezoito. Questionou se há diálogo entre Semob e  
78 Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa – Seplan em função da  
79 revisão do Plano Diretor. O Superintendente da Semob, Adalberto Alves de Araújo, informou que  
80 a Seplan participa desde o começo junto à Semob das discussões do Plano Diretor de  
81 Mobilidade Urbana da Microrregião de João Pessoa e que ainda haverá conversa referente ao  
82 diagnóstico do Plano Diretor de Mobilidade Urbana da Microrregião de João Pessoa. O  
83 coordenador técnico pelo Consórcio, Senhor Adolfo Luis Machado de Mendonça, informou que  
84 houve conversa com a Seplan e que vai haver uma proposta de articulação entre as secretarias.  
85 O Senhor Bartolomeu Carvalho, representante da CBTU, perguntou se a matriz origem destino  
86 da macrorregião já está disponível e que é fundamental a disponibilização antes dos eventos  
87 públicos. Informou que o Plano Diretor deveria nortear o Plano de Mobilidade, mas que hoje é o  
88 inverso, devendo o Plano de Mobilidade ser base para todos os demais planos da cidade.  
89 Informou que o transporte de massa é o principal vetor de condução de um sistema de  
90 mobilidade e que a BR-230 segrega a cidade, sendo o trânsito nesta via de passagem e que  
91 entende o metrô como um interessante investimento em transporte de massa. O Senhor  
92 Anderson Silva, representante do Orçamento Participativo, questionou como funciona o  
93 transporte público na cidade de João Pessoa e disse que não há incentivo para o esse tipo de  
94 transporte, sendo sempre lotado, sem segurança e caro e que as vezes é mais viável se  
95 deslocar com veículo particular em detrimento ao ônibus. Informou que as calçadas não têm  
96 acessibilidade para cadeirante nas faixas de pedestres e nem todos os ônibus são adaptados  
97 para os cadeirantes. O Senhor Mailton, representante da Associação do Conjunto João Paulo II,  
98 parabenizou a gestão e o debate realizado sobre o Plano Diretor de Mobilidade Urbana da  
99 Microrregião de João Pessoa e informou que a cidade tem que ter vias de circulação, pelo

ATA 2ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.

100 tamanho da cidade. Comentou sobre os problemas da circulação dos ônibus e das vias no bairro  
101 Esplanada, Ernesto Geisel (avenida Pres. Juscelino Kubitscheck) e rua do Arame. O  
102 Superintendente da Semob, Adalberto Alves de Araújo, convidou a conhecer os estudos e  
103 projetos que estão em desenvolvimento na Semob nos locais problemáticos citados. Uma  
104 Senhora que não se identificou informou que a rua Nossa Senhora do Rosário tem projeto para  
105 virar moradia da Minha Casa Minha Vida para cento e trinta e sete famílias e que a rua Brasília  
106 está em licitação e aguarda ansiosamente. Cobrou acessibilidade na rua Manaus, que é uma  
107 ladeira igual a rua Natal, comentou da necessidade de melhores calçadas e cobra acessibilidade  
108 de uma forma em geral. A Senhora Maria das Graças, moradora do bairro Costa e Silva, solicitou  
109 construção de vias marginais à BR-230 para poder melhorar o trânsito nesta rodovia. O Senhor  
110 Hellosman de Oliveira, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Direitos para Pessoa com  
111 Deficiência, agradece o convite da Semob e informou que em João Pessoa tem cerca de cento e  
112 oitenta e cinco mil pessoas com algum tipo de deficiência e que a maioria tem seus direitos a  
113 saúde, educação e trabalho negados pela dificuldade do direito de ir e vir, que a legislação que  
114 rege o ajustamento de conduta do ano de dois mil e dois no tocante ao transporte referente às  
115 pessoas com deficiência tem avançado, mas que ainda não atende as pessoas com deficiência e  
116 que precisa ser atualizada, e que a Prefeitura Municipal de João Pessoa não cumpre as mesmas  
117 e que precisa ainda regulamentar alguns itens. Informou que os estacionamentos para as  
118 pessoas com deficiências e idosos estão sempre irregularmente ocupados. Agradeceu a  
119 Prefeitura Municipal de João Pessoa, mas informou que existem muitos desafios, como as áreas  
120 do entorno dos locais que assistem as pessoas com deficiência, citando o exemplo dos cegos. O  
121 Vereador de João Pessoa Tibério Limeira, Presidente da Frente Parlamentar de Mobilidade  
122 Urbana, informou que teve uma Audiência Públicas há 15 dias sobre o Plano Diretor de  
123 Mobilidade Urbana da Microrregião de João Pessoa com algumas entidades e pediu desculpas  
124 pelo atraso devido a uma votação da Câmara de Vereadores. Parabenizou o esforço da Semob  
125 e o processo de abertura de discussão com a sociedade. Informou que nota um descompasso  
126 entre o Plano de Mobilidade e a revisão do Plano Diretor e que a Prefeitura Municipal de João  
127 Pessoa está prestes a receber um investimento na ordem de cem milhões de dólares para  
128 intervenções de mobilidade sem revisão do Plano Diretor. Perguntou quando os dados do Plano  
129 de Mobilidade serão disponibilizados e questionou a possibilidade de adiamento do Workshop a  
130 ser realizado no dia dezessete de dezembro de dois mil e dezenove. Finalizou informando que a  
131 ampliação do perímetro urbano da cidade de João Pessoa, em função da ampliação do Minha  
132 Casa Minha Vida, causa impacto negativo na mobilidade da cidade e que haja um capítulo

ATA 2ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.

133 especial no tocante a acessibilidade universal no Plano de Mobilidade. A Senhora Karine  
134 Oliveira, representante do Instituto Soma Brasil, perguntou se a audiência estava sendo gravada  
135 e informou que no dia anterior foi lançado o orçamento temático da mobilidade urbana, em  
136 parceria com a Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana, presidida pelo Vereador de João  
137 Pessoa Tibério Limeira, e que vai trabalhar ao longo de dois mil e vinte com uma rede de  
138 organizações, como o Fórum de Reforma Urbana, para fortalecer a pauta do direito à cidade para  
139 todas as pessoas. Informou que no processo do MobCidades foram realizadas seis audiências  
140 públicas tratando acessibilidade, transporte como direito social e registrou que a Seplan não tem  
141 diálogo com a Semob e que também sentiu falta da presença, nestas audiências públicas, de  
142 representantes do Ministério Público Estadual e que somente um vereador compareceu nesta  
143 audiência pública. Reiterou a importância da interação entre o Plano Diretor de Mobilidade  
144 Urbana da Microrregião de João Pessoa e o Plano Diretor da cidade e com o Programa Cidade  
145 Emergentes Sustentáveis. Informou que o prazo para as cidades concluírem o Plano de  
146 Mobilidade foi adiado para o ano de dois mil e vinte e um. Informou que a pesquisa realizada no  
147 Plano de Mobilidade não reflete a proposta de cidade acessível e que é obrigatória a elaboração  
148 de Plano Municipal de Acessibilidade por parte do município. Questionou em que situação está a  
149 revisão do Plano Diretor por parte da Seplan, já que desde dois mil e dezessete existe o Fórum  
150 do Plano Participativo e até o momento não teve sucesso em articulação com a Seplan. Informou  
151 que não houve nenhuma ação de mobilidade sobre gênero no ano de dois mil e dezoito e que o  
152 processo deve ser pensado com as pessoas e não somente para as pessoas. Informou que nas  
153 audiências públicas as intervenções não são dialogadas, não tem espaço de construção  
154 compartilhada e que precisa rever a lógica de priorizar a visão turística, nas áreas mais nobres  
155 da cidade, e que deve ser prioridade a adequação da acessibilidade dos terminais de integração  
156 e não readequar uma quadra da área de Tambaú, que não foi dialogada. Informou que tem que  
157 pensar o transporte como direito social, discutir o preço da tarifa e as dificuldades de  
158 deslocamentos, que deve pensar em como ter tarifa zero ou mais barata e de qualidade.  
159 Questionou o cronograma do Plano Diretor de Mobilidade Urbana da Microrregião de João  
160 Pessoa e solicitou que sejam realizadas mais audiências públicas nos bairros e que os  
161 documentos técnicos sejam colocados à disposição para consultas públicas. Solicitou que o  
162 Workshop de propostas seja realizado trinta dias após a disponibilização dos documentos,  
163 apelou ao Promotor de Justiça para que não seja necessário correr e atropelar o processo de  
164 elaboração do Plano e solicitou a ampliação do prazo além de fevereiro de dois mil e vinte. A  
165 Arquiteta Sheila Freire, representante da Semob, informou que a Audiência estava sendo

ATA 2ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.

166 gravada. O Senhor João Geraldo Barbosa, Promotor de Justiça, informou que não é uma  
167 questão de insubordinação ou ausência de coordenação do Ministério Público e sim que há um  
168 comprometimento com a realização da sua obrigação como Promotor de Justiça e que isso o  
169 mesmo vem realizando, tendo sido convidado para discutir a questão da mobilidade, assim como  
170 a questão dos ambulantes. Reforçou que é autor de uma Ação Civil Pública para obrigar a  
171 elaboração do Plano de Mobilidade, que está sub judice, e que não pode estar discutindo  
172 matérias que estão sub judice. Que também é o Promotor de Justiça autor das ações de  
173 pavimentação de algumas ruas e não tem como dar satisfação de uma matéria que está sub  
174 judice. Informou que não pode receber elogios, mas que não aceita acusação de ausência e  
175 lembrou à Câmara de Vereadores que sempre há incentivo e discussão sobre comércios nas  
176 calçadas e que deveria ser criada uma Lei para legalizar a situação. O Senhor Gúbio Mariz,  
177 representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, informou que  
178 a Prefeitura Municipal de João Pessoa não pode esquecer que a área central da cidade é  
179 considera patrimônio e que se deve pensar o Centro Histórico como um local para pedestres,  
180 que há saturação de automóveis, exaltando o comércio, e que deveria haver estudo de algumas  
181 linhas de ônibus na área central com tarifas zero ou com subsídios, além do transporte por  
182 bicicletas. Informou que deve ser considerada a questão do microclima e a intermobilidade. Uma  
183 Senhora que não se identificou solicitou mais fiscalização para os veículos estacionados  
184 irregularmente nas calçadas. Que o Plano Diretor de Mobilidade Urbana da Microrregião de João  
185 Pessoa que está sendo discutido agora deve ser trabalhado em conjunto com a sociedade civil  
186 como cidade para o futuro e para a futura geração. O Senhor Flávio Tavares, Secretário de  
187 Planejamento da Prefeitura do Conde, parabeniza o Senhor Adalberto pelo trabalho realizado  
188 junto Semob e lamentou a ausência de representantes de outras cidades da microrregião de  
189 João Pessoa. Comentou que os dados apresentados nesta audiência pública expressam o que  
190 já se percebia na região. Informou que a mobilidade estrutura a desigualdade social e de renda e  
191 sugeriu que este Plano Diretor de Mobilidade Urbana da Microrregião de João Pessoa seja o  
192 plano estruturador para todos os outros planos da cidade de João Pessoa. Informou que o perfil  
193 de renda dos municípios da microrregião de João Pessoa é de baixa renda, com exceção da  
194 cidade de Cabedelo e que tal situação reflete no transporte pendular da região, sendo o preço da  
195 terra cada vez mais caro na capital. Solicitou que seja também realizada a análise de propostas  
196 de gestão da mobilidade da região metropolitana e não somente propostas de infraestrutura.  
197 Destacou o potencial turístico da cidade do Conde, sendo o segundo maior polo hoteleiro do  
198 estado da Paraíba, solicitou a disponibilização dos dados do Plano de Mobilidade com

ATA 2ª. AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PLANO DIRETOR DE MOBILIDADE URBANA DA MICRORREGIÃO DE  
JOÃO PESSOA.

199 antecedência para poder participar do Workshop e a elasticidade do prazo para a realização do  
200 mesmo. A Arquiteta Valéria Von Buldring, representante da Seplan, informou que ainda haverá  
201 todo o processo de elaboração do Plano Diretor e que haverá prorrogação do prazo para sua  
202 revisão. Comunicou que vai haver licitação para a contratação de empresa para apoio à revisão  
203 do Plano Diretor e leis complementares e que todas as audiências públicas necessárias irão  
204 ocorrer. Informou que tem tratado junto a Semob todas as demandas técnicas referente ao Plano  
205 Diretor de Mobilidade Urbana da Microrregião de João Pessoa e que os dados dos Planos  
206 estarão alinhados. O Arquiteto Claudio Nogueira, representante do Instituto do Patrimônio  
207 Histórico e Artístico Nacional, solicitou cuidado especial para as áreas de pedestres para acesso  
208 aos locais de patrimônio cultural, como a área central de João Pessoa e a área do Cabo Branco,  
209 sendo uma área sensível e em processo de expansão e com sistema viário pouco estruturado. O  
210 efeito da ocupação humana no Altiplano tem que ser analisado tentando eliminar o impacto do  
211 fluxo viária na borda da barreira. Informou que sempre houve pensamento em privilégio ao  
212 automóvel e que esta situação tem que ser alterada. O Senhor Francisco José Silva das Chagas,  
213 Secretário do Orçamento Participativo, parabenizou a Semob pelo trabalho realizado e  
214 comunicou que a Prefeitura está fazendo esse Plano Diretor de Mobilidade Urbana da  
215 Microrregião de João Pessoa escutando a população e que não se pode dissociar as  
216 intervenções em infraestrutura urbana da mobilidade. Informou que houve participação efetiva  
217 dos membros do Orçamento Participativo na realização das pesquisas em campo, em especial a  
218 pesquisa de Origem e Destino, e que o Consórcio dialogava sempre com o Orçamento  
219 Participativo, como nas dificuldades de acesso a algumas áreas da cidade por questão de  
220 violência e que houve diálogo constante com a sociedade junto ao Orçamento Participativo.  
221 Informou que a intervenção na avenida Beira Rio é um modelo a ser seguido de intervenção com  
222 participação da sociedade. Informou que a Prefeitura do Conde aderiu ao Orçamento  
223 Participativo. Informou que vê pouca participação da Câmara de Vereadores nas discussões  
224 junto ao Orçamento Participativo e que existe o Orçamento Participativo temático, onde se  
225 discutem temas específicos junto a população, como plano de resíduos sólidos e Plano  
226 Plurianual (PPA). Ao longo e após a conclusão das falas, o Superintendente da Semob, Senhor  
227 Adalberto Alves de Araújo, respondeu questionamentos levantados durante a audiência e  
228 comunicou que iria analisar a possibilidade de adiamento de realização do Workshop, agendado  
229 para o dia dezessete de dezembro de dois mil e dezenove. Encerrou a Audiência Pública  
230 agradecendo à presença de todos os presentes.

231

João Pessoa, 11 de dezembro de 2019.